

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.997 - SP (2019/0353902-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MAURO ATUI NETO
ADVOGADO : MAURO ATUI NETO - SP0266971
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON CECON (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ANDERSON CECON contra decisão liminar do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2261223-72.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente no dia 13/11/2019, pela prática, em tese, do delito previsto no art. 157, §2º, II, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal, porque, juntamente com outra pessoa, simulando estarem armados, teriam tentado roubar a vítima.

Inconformada, impetrou *habeas corpus* na Corte estadual. O Tribunal de origem, contudo, indeferiu a liminar (e-STJ fls. 12/13).

Na presente oportunidade, o impetrante afirma não haver motivação válida para a prisão preventiva do paciente, decretada em contrariedade ao disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal. Sustenta, também, que a medida foi aplicada com base apenas na gravidade abstrata do suposto crime, sem a efetiva demonstração da sua imprescindibilidade para resguardar a ordem pública.

Argumenta, ainda, que a prisão preventiva se mostra desproporcional quando comparada a um eventual regime prisional, em caso de condenação do réu pelo crime de roubo tentado. Ressalta, ademais, as condições pessoais favoráveis do paciente – primário, residência fixa e bons antecedentes e ocupação lícita, o que evidencia a possibilidade de aplicação de outras medidas mais brandas.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória, com ou sem a aplicação das medidas cautelares previstas no

Superior Tribunal de Justiça

art. 319 do CPP, com superação da súmula 691 do STF.

É o relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

No caso, ao que parece, ao decretar a prisão preventiva, o juízo de primeiro grau considerou relevante a garantia da ordem pública, diante da gravidade da conduta imputada ao paciente, praticado com violência contra a vítima. Confira-se o teor (e-STJ fl.15 *grifei*):

[...]

Trata-se de cópia de auto de prisão em flagrante de ANDERSON CECON e ANDERSON WILLIAM DE MORAES FERREIRA, indiciado em razão de fatos narrados nas circunstâncias de tempo e lugar indicadas no boletim de ocorrência. No âmbito da ciência do flagrante, nos termos do disposto no art. 310 do CPP (com a nova redação da Lei 12.403/11), passo a decidir. Está presente hipótese de flagrante delito, pois a situação fática encontra-se subsumida às regras previstas pelo art. 302 do CPP. O auto de prisão em flagrante encontra-se regular, material e formalmente em ordem, sendo cumpridas todas as formalidades legais e respeitadas as garantias constitucionais. Além disso, não se vislumbra qualquer nulidade, irregularidade ou ilegalidade apta a justificar o relaxamento da prisão em flagrante, a despeito dos argumentos da Defesa. Em cognição sumária, da análise dos elementos informativos existentes nos autos, verifica-se que há prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria, consoante se infere dos depoimentos dos policiais.

Superior Tribunal de Justiça

Note-se que os indiciados foram detidos pela prática do crime descrito no art. 157, §2º, II, do Código Penal, admitindo o delito e justificando-o por serem usuários de drogas (produto do roubo seria usado para comprar drogas). Acrescente-se que o crime praticado (em tese, tentativa de roubo com causa de aumento) é de altíssima periculosidade, o que justifica a conversão do flagrante em preventiva. Cuidou-se de crime supostamente praticado mediante grave ameaça pelo uso de arma e em concurso de pessoas.

Salienta-se que a Lei 12.403/11, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, estipulou que as medidas cautelares penais serão aplicadas com a observância da necessidade de aplicação da lei penal, necessidade para a investigação ou instrução penal e para evitar a prática de infrações, devendo a medida em questão, ainda, ser adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do averiguado (art. 282 do CPP). Desse modo, a custódia cautelar dos indiciados se justifica como garantia da ordem pública. Em razão disso, acolho a manifestação do Ministério Público e CONVERTO a prisão em flagrante em prisão preventiva.

Assim, o Relator da ação originária entendeu não haver flagrante ilegalidade a justificar o deferimento da medida emergencial.

Com efeito, *Admite-se a prisão preventiva quando as circunstâncias concretas do crime revelarem risco à ordem pública.* (HC n. 118.844, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 19/11/2013, publicado em 19/12/2013).

Assim, não se verifica manifesta ilegalidade na decisão que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte. Entendo que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* no momento adequado.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

